



**DIREITO
TRIBUTÁRIO**

2º Simulado

**2ª Fase do XXXII
Exame da OAB**

DIREITO TRIBUTÁRIO

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Rodrigo Martins

O Estado X ajuizou, no ano de 2009, processo de Execução Fiscal em face da empresa Z, citada em março do mesmo ano, com o objetivo de cobrar débitos de ICMS autodeclarados e não pagos, relativos a fatos geradores praticados entre 2006 a 2008. No mesmo ano de 2009 foi decretada a falência da empresa Z, motivando o representante judicial da Fazenda Pública exequente a requerer a inclusão de Marcos, sócio-administrador da empresa Z, no polo passivo da ação, o que foi deferido pelo MM. Juiz da Vara das Execuções Fiscais da Comarca de São Bernardo do Campo/SP em 02/03/2010. Marcos foi citado em 25/06/2010. Como nenhum bem penhorável foi encontrado, no dia 24/09/2011 o juiz determinou a suspensão do curso do processo de Execução Fiscal pelo período de 1 (um) ano, dando-se ciência da decisão à Fazenda Pública Exequente na semana seguinte, mediante abertura de vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. O processo de Execução Fiscal retornou à Vara no dia 10/10/2011 e o Juiz determinou o arquivamento dos autos em 25/11/2012, sem baixa na distribuição, após o transcurso do período de suspensão. Em 14/08/2018 o Estado X requereu o desarquivamento dos autos da Execução Fiscal para nova tentativa de penhora de bens de Marcos, sócio-administrador da empresa Z. Marcos recebeu o Oficial de Justiça munido do novo Mandado de Penhora há 2 (dois) dias e está inconformado com a cobrança, principalmente porque não possui condições de pagar ou parcelar o débito e porque não tem qualquer bem que possa oferecer à penhora.

Na qualidade de advogado(a) de Marcos, redija a medida judicial mais adequada à defesa de seus interesses nos próprios autos da Execução Fiscal (Valor: 5,00).

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão do cliente.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	

14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	

45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	

76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	

107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	

138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 1

João faleceu recentemente e deixou uma dívida de R\$ 70.000,00 a título de IR – Imposto de Renda, cujos fatos geradores são anteriores à data do seu óbito. Realizada a partilha dos bens deixados pelo *de cujus*, a viúva meeira obteve a meação no valor de R\$ 500.000,00 e os dois filhos menores, na condição de herdeiros, receberam os seus quinhões no montante de R\$ 250.000,00 cada um. A viúva e os herdeiros não recolheram aquele Imposto de Renda sob a alegação de que não podem ser responsabilizados por dívidas tributárias deixadas pelo *de cujus*, cujos fatos geradores são anteriores à abertura da sucessão, e porque os herdeiros são menores de idade, razões pelas quais o imposto não é devido.

Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) O argumento de que o imposto não é devido porque os fatos geradores são anteriores à abertura da sucessão encontra fundamento legal? Fundamente (Valor: 0,65).

B) O argumento de que os herdeiros são menores afasta a cobrança do imposto contra eles? Fundamente. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	

18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 2

A União adquiriu, por meio de permuta, um imóvel até então pertencente a Pedro, que era devedor, na época da permuta, dos seguintes tributos: IPTU e Taxa de Coleta de Lixo sobre o imóvel objeto da permuta e Taxa de Fiscalização Sanitária Municipal referente à atividade empresarial que desempenhava nesse imóvel. Como os débitos não foram pagos, o Município ajuizou Execução Fiscal em face da União, para a cobrança de todos esses débitos.

Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) A União possui algum argumento constitucional para afastar a cobrança? Fundamente. (Valor: 0,65)

B) A União pode ser responsabilizada pelo pagamento de todos aqueles tributos? Fundamente. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	

20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 3

Cleber arrematou um jato (aeronave) e um apartamento que foram levados a leilão em virtude de várias execuções trabalhistas ajuizadas por funcionários de determinada empresa em face de seu empregador. Os bens foram arrematados pelo valor total de R\$ 2.000.000,00, porém, o valor total dos débitos trabalhistas com os reclamantes é de R\$ 2.200.000,00. Além disso, a aeronave arrematada possuía dívida de IPVA no valor de R\$ 50.000,00 e o apartamento arrematado possuía dívida de IPTU no valor de R\$ 30.000,00.

Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) Os débitos tributários relativos ao IPTU podem ser pagos com o valor da arrematação? Fundamente. (Valor: 0,60)

B) Incide IPVA sobre a propriedade de aeronaves? Fundamente. (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	

20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 4

A Construtora Segura tem sua sede e único estabelecimento no Município de São Paulo e constrói apartamentos de luxo somente no Município de Guarujá, no litoral do Estado de São Paulo. Com o objetivo de diminuir os custos das suas obras e se tornar, desse modo, mais competitiva, adquiriu uma fábrica de blocos, situada no Município de São Bernardo do Campo, e passou a utilizar os blocos que produz em todas as suas obras. Ocorre que a Construtora Segura foi autuada pela fiscalização estadual por falta de recolhimento do ICMS incidente sobre a venda dos blocos por ela produzidos, pois a autoridade fiscal verificou que ela estava incluindo o preço dos blocos na base de cálculo do ISS e recolhendo o imposto municipal ao Município de São Paulo quanto às obras realizadas no Município de Guarujá.

Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) A autuação realizada pelo fiscal estadual está correta? Fundamente (Valor: 0,60).

B) Para qual Município é devido o ISS incidente sobre os serviços de construção civil prestados pela Construtora Segura? Fundamente (Valor: 0,65).

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	

18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Assinatura OAB: até a aprovação

<http://bit.ly/Assinatura-OAB>